



Diálogos

ISSN 2177-2940



Impressões e emoções de Júlio de Matos (1856-1922) sobre o Porto e as suas instituições entre finais do século XIX e inícios do século XX¹

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v29i2.77479>

Tânia Sofia Correia Ferreira

 <https://orcid.org/0000-0001-8458-7256>

Universidade do Minho (UMINHO). Braga-PMi, PT

E-mail: tania21mail@sapo.pt

Alexandra Esteves

 <https://orcid.org/0000-0003-0660-9485>

Universidade do Minho (UMINHO). Braga-PMi, PT

E-mail: alexandraesteves@ics.uminho.pt

Impressions and emotions of Júlio de Matos (1856-1922) about Porto and its institutions between the end of the 19th and the beginning of the 20th century

Abstract: This article analyses the personal correspondence of Júlio de Matos, a Portuguese psychiatrist who played an important role in the reorganization of care for the alienated, which earned him the animosity of the Misericórdia do Porto. The correspondence exchanged with various recipients, including family members, gives access to the doctor's emotions and feelings, in what is a process of catharsis in the face of the difficulties he experienced after the dispute in which he found himself involved with the Santa Casa do Porto. In his letters, the city of Porto, its inhabitants and institutions take on caricatured, even pathological traits, and the severity of the words and observations shows the despondency and sorrow that afflicted Júlio de Matos.

Key words: Júlio de Matos; History of emotions; History of Psychiatry (Portugal); Porto (19th-20th centuries); Assistance for the Insane.

Impresiones y emociones de Júlio de Matos (1856-1922) sobre Oporto y sus instituciones entre finales del siglo XIX y principios del XX

Resumen: Este artículo analiza la correspondencia personal de Júlio de Matos, psiquiatra portugués que desempeñó un papel importante en la reorganización de la atención a los marginados, lo que le valió la animosidad de la Misericórdia do Porto. La correspondencia intercambiada con diversos destinatarios, incluyendo familiares, permite acceder a las emociones y sentimientos del médico, en lo que constituye un proceso de catarsis ante las dificultades que experimentó tras la disputa en la que se vio envuelto con la Santa Casa do Porto. En sus cartas, la ciudad de Oporto, sus habitantes e instituciones adquieren rasgos caricaturizados, incluso patológicos, y la severidad de las palabras y observaciones muestra el desaliento y la tristeza que afligían a Júlio de Matos.

Palabras clave: Julio de Matos; Historia de las emociones; Historia de la Psiquiatría (Portugal); Oporto (siglos XIX-XX); Asistencia (Alienados).

¹Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto com o identificador DOI <https://doi.org/10.54499/2023.01698.BD>

Impressões e emoções de Júlio de Matos (1856-1922) sobre o Porto e as suas instituições entre finais do século XIX e inícios do século XX

Resumo: O presente artigo analisa a correspondência pessoal de Júlio de Matos, psiquiatra português que teve um importante papel na reorganização da assistência aos alienados, o que lhe valeu a animosidade da Misericórdia do Porto. A correspondência trocada com vários destinatários, designadamente com familiares, permite aceder às emoções e aos sentimentos do médico, naquele que é um processo de catarse perante as dificuldades vividas após o litígio em que se viu envolvido com a Santa Casa portuense. Nas suas cartas, a cidade do Porto, os seus habitantes e instituições adquirem traços caricaturais, até mesmo patológicos, e a severidade das palavras e das observações evidencia o desalento e a mágoa que afligiam Júlio de Matos.

Palavras-chave: Júlio de Matos; História das emoções; História da Psiquiatria (Portugal); Porto (século XIX-XX); Assistência (Alienados).

Recebido em: 24/06/2025

Aprovado em: 04/12/2025

A história da psiquiatria em Portugal tem conhecido importantes desenvolvimentos nas últimas décadas, em resultado das investigações promovidas não apenas por historiadores, mas também por profissionais de saúde, nomeadamente médicos e enfermeiros, que têm incidido, nomeadamente, sobre os hospitais de Rilhafoles e Conde de Ferreira; os doentes e as suas patologias; as políticas e os profissionais de saúde². Não se vislumbram, ainda, estudos sobre os seres humanos que estão por detrás dos clínicos, que se inscrevem na chamada história das emoções, mas que já foram realizados a propósito de alguns pacientes famosos, sobretudo mulheres, de que são exemplo os casos de Maria Adelaide de Coelho da Cunha, Rosa Calmon e de Josefa Greno³.

Os profissionais de saúde também foram objeto de estudo, particularmente os alienistas António Maria de Sena, Miguel Bombarda e Júlio de Matos. É sobre este último que versa a nossa investigação, não com a intenção de o biografar, até porque esse trabalho já foi realizado e dele somos credores, mas antes de conhecer, através de correspondência privada, a sua personalidade e relação com instituições, designadamente com a Misericórdia do Porto, e com a própria cidade. A nossa investigação inscreve-se, assim, na denominada *história das emoções*, com o objetivo de

²São disso exemplo trabalhos focados na história institucional e concetual da psiquiatria e seus protagonistas, como o de José Morgado Pereira, intitulado *A psiquiatria em Portugal. Protagonistas e história concetual (1884-1924)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2015. Tese de doutoramento; com a coordenação de Ana Leonor Pereira e João Rui Pita, são de mencionar as obras coletivas da *História Interdisciplinar da Loucura, Psiquiatria e Saúde Mental*, que são fulcrais na historiografia portuguesa sobre a temática. Numa perspectiva mais ligada à história assistencial e da enfermagem em psiquiatria, assim como política e concetual, são de relevar os trabalhos de Alexandra Esteves, "Engulhos de Ontem, doentes de hoje: pensar a loucura em Portugal no século XIX. O caso do distrito de Viana do Castelo" in Maria Marta Lobo de Araújo e Alexandra Esteves (ed.), *Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*, Braga, CTICEM, Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória", 2012, p. 199-216; Analisa Candeias, *Os enfermeiros e os cuidados aos alienados nos finais do século XIX: o caso do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, 2022. Tese de Doutoramento, entre outros.

³Como são o caso de trabalhos como: Maria Rita Garnel, "O Caso Rosa Calmon: género, discurso médico e opinião pública", In Zília Osório de Castro e João Esteves, *Falar de mulheres: história e historiografia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 71-87.

permeiar as emoções e os sentimentos transmitidos pelo médico aos seus familiares sobre temas em concreto, que escolhemos entre os outros assuntos passíveis de serem analisados através de uma série de cartas que Júlio de Matos escreveu à irmã e, principalmente, ao sobrinho, a partir de 1911, e que estão depositadas no Museu de Maximiano Lemos, na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto⁴.

A história das emoções é um campo da história que começou a ser desbravado ainda no século XX, com a *Escola dos Annales*, sobretudo com os trabalhos de Lucien Febvre, mas com continuadores, que permitiram que se afirmasse como uma área relevante na atualidade⁵.

Neste âmbito, a história das emoções entende-se como um processo cognitivo que tem uma forte componente social, ou seja, são o resultado dos costumes, usos e práticas, que, por sua vez, estão dependentes de várias realidades em termos cronológicos, geográficos e sociais. Deste modo, as emoções não resultam apenas das interações pessoais, mas são igualmente indissociáveis das perceções e julgamentos do sujeito. Por este motivo, não é possível esboçar uma investigação sobre emoções negligenciando a historicização do objeto de investigação, ou seja, sem atender a todo um contexto social, cultural e político em que elas surgem e se reproduzem.⁶

Não é nossa pretensão teorizar sobre a essência das emoções ou discutir se estas são o produto da natureza humana ou socialmente construídas ou ainda discorrer sobre a sua historicidade, mas antes perceber o ser humano por detrás da ideologia, do posicionamento político ou das obras e da documentação oficial que produziu⁷.

Consideramos, por conseguinte, que a correspondência particular seria a via adequada para chegar a um Júlio de Matos mais pessoal, mais íntimo e privado, sem desconsiderar a vertente subjetiva que condiciona qualquer análise interpretativa, sustentada na hermenêutica de cartas pessoais.

Aceder ao ser humano por detrás do clínico, neste caso através da sua correspondência pessoal, pode ser relevante para pensar o estado e a evolução da própria psiquiatria em Portugal, na qual Júlio de Matos ocupa um lugar cimeiro. Não só foi o introdutor da disciplina em Portugal, um grande defensor da causa da assistência aos alienados, como também esteve envolvido em casos de

⁴A documentação encontra-se disponível na instituição mediante marcação prévia.

⁵Neste campo atente-se em particular aos trabalhos de BODDICE, Rob. *The History of the Emotions*. Manchester: Manchester University Press, 2018.

⁶Destacamos estudos como o de Mónica Bolufer, “Modelar conductas y sensibilidades: un campo abierto de indagación histórica”, in Mónica Bolufer, Carolina Blutrach & Juan Gomis (eds.), *Educar los sentimientos y las costumbres Una mirada desde la historia*, Zaragoza, Cometa S.A, 2014; ou Jan Plamper, *The History of Emotions, An Introduction*, Oxford, Oxford University Press, 2017, ou ainda Rob Boddice, “The History of Emotions...”.

⁷Sobre estas questões veja-se BODDICE, Rob. *The History of Emotions: Past, Present, Future*. *Revista de Estudios Sociales*, 62, (2017), p. 10-15, ou ainda, PLAMPER, Jan. *The History of Emotions, An Introduction*. Oxford, Oxford University Press, 2017.

internamentos polémicos, como foram os de Rosa Calmon e de Maria Adelaide da Cunha. Neste âmbito, para a história da psiquiatria, as cartas de Júlio de Matos podem ser importantes, por exemplo como forma de avaliar se as emoções do psiquiatra influíam direta ou indiretamente sobre o modo como se relacionava com os pacientes e os seus sintomas; que tipo de abordagem terapêutica teria o psiquiatra, se mais empática ou mais determinista, podendo, neste caso, as cartas refletirem uma evolução, ou não, do pensamento clínico em relação à natureza da doença mental; analisar de que modo o psiquiatra avaliava as suas próprias emoções e vulnerabilidades e se essa compreensão contribuiu, por exemplo, para atenuar a estigmatização das doenças mentais na sociedade portuguesa. Estas e outras linhas de análise podem ser, de facto, pertinentes se considerarmos que Júlio de Matos atribuía às emoções um papel central na tomada de decisão, uma vez que entendia que estas acompanhavam todas as nossas ideias e experiências (SERRADO, 2020, p. 199).

A correspondência surge no contexto da mudança de Júlio de Matos para Lisboa, ditada pela promulgação da *Lei da Assistência aos Alienados*, de 13 de maio de 1911, da qual foi um dos responsáveis, e que abriu um conflito direto com a Misericórdia do Porto, que se viu atacada na sua autonomia⁸.

Todavia, a correspondência não se esgota neste acontecimento em particular. As impressões que o psiquiatra partilhava com o seu sobrinho remetem para uma conjuntura mais ampla, marcada por profundas transformações na vida política e social portuguesa na transição secular. Paralelamente à afirmação do ideário republicano em Portugal, a partir dos inícios da década de 70 do século XIX, assistiu-se ao ressurgimento do sentimento antijesuítico, marcado por violentas manifestações anticlericais, bem como ao aparecimento de iniciativas e publicações de cariz doutrinário, nas quais eram apontados os malefícios civilizacionais do clero enquanto agente educativo, assistencial e religioso (FERREIRA, 2017, p. 83-84).

Com a implantação da República, a 5 de outubro de 1910, o movimento republicano, do qual Júlio de Matos era partidário desde os tempos de estudante, derrubava definitivamente a monarquia constitucional. Logo no ano seguinte, saía uma das mais relevantes leis da Primeira República, a anticlerical *Lei da Separação do Estado das Igrejas*, de 20 de abril de 1911, que consignava um princípio fundamental da ideologia republicana, que tinha por objetivo reduzir a influência da Igreja Católica em vários domínios da vida social.

Neste âmbito, as cartas de Júlio de Matos acabam por espelhar as tensões vividas numa

⁸A Misericórdia do Porto era, nesta altura, a administradora do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, no Porto, uma das principais referências na assistência aos alienados em Portugal.

instituição que personificava duas visões distintas de modelos de assistência: um ideário laico, republicano, que entendia a beneficência como um dever do Estado, e a de uma instituição secular, a Misericórdia, fundada e mantida sob os ideários da caridade cristã.

Um dos grupos sociais mais criticados nas cartas é a burguesia portuense, que Júlio de Matos apelida depreciativamente “o irmão da Misericórdia”. Assim, a correspondência pode contribuir para o conhecimento das tensões e das relações de poder que existiam na sociedade portuense na transição secular.

Desde os anos 30 do século XIX, a cidade do Porto era pioneira na indústria, graças às relações privilegiadas com o norte da Europa, ao facto de albergar uma importante comunidade de estrangeiros, sobretudo ingleses, às ligações ao comércio brasileiro, à capacidade empreendedora de indivíduos cultos, poderosos e endinheirados, como, por exemplo, Alfredo Allen e José Leite Guimarães, entre outros, que tinham grande influência junto da Câmara Municipal, o que impulsionou a ascensão e a consolidação da burguesia comercial e industrial portuense (PINTO, 2007, p. 53). No mesmo sentido, é importante destacar o papel da Misericórdia a propósito da salvação da alma, do reconhecimento social ou da ascensão política de detentores de grandes fortunas que fizeram importantes doações à instituição (ESTEVES, 2018, p. 286-287). Aliás, o Hospital do Conde de Ferreira só foi possível graças à doação feita à Misericórdia pelo Conde de Ferreira, que fez fortuna no Brasil e conquistou influência política, social e económica na sociedade portuense oitocentista (ALVES, 1992, p. 199-213). Com efeito, é possível que as impressões negativas do psiquiatra a respeito da burguesia reflitam, nas palavras de Jorge Alves, um “preconceito de intelectuais de esquerda republicana, defensores da beneficência pública [como era Júlio de Matos], contra os burgueses monárquicos, católicos e defensores das tradicionais práticas de caridade” (ALVES, 2020, p. 236).

Ao nível metodológico, utilizamos uma abordagem essencialmente qualitativa. Após a transcrição das cartas, submetemos as mesmas a uma análise de conteúdo e de discurso. Neste processo, foi essencial acompanharmos a análise de uma reconstrução da vida pessoal e profissional do médico, para melhor enquadrarmos as suas considerações à luz das dinâmicas político-sociais do seu tempo. Neste âmbito, atendendo a que o início da correspondência de Júlio de Matos, objeto do nosso estudo, foi ditado pelo conflito com a Misericórdia e a consequente mudança para Lisboa, seleccionámos e analisámos as cartas que versam sobre a cidade do Porto, os seus habitantes e instituições, principalmente a Santa Casa da Misericórdia. Com efeito, um dos objetivos deste artigo passa por contextualizar o litígio que ocorreu, em 1911, entre Júlio de Matos e esta instituição, identificando os principais motivos da discórdia. Do mesmo modo, pretendemos avaliar a forma

como Júlio de Matos reagiu a este conflito, através da análise das impressões e emoções expressas nessas cartas.

1. Júlio de Matos, o seu tempo e a entrada no Hospital Conde de Ferreira

Em Portugal, uma das principais mudanças no quadro da assistência aos alienados ocorreu no século XIX, com a abertura do Hospital de Rilhafoles em 1848, sendo de notar que não se tratava de um edifício construído de raiz, mas sim da adaptação de um antigo convento. Pouco tempo após a sua abertura, a instituição foi somando críticas, que se prendiam, essencialmente, com as suas instalações, com a falta de profissionais e, sobretudo, com a sobrelotação, para a qual contribuía o facto de receber doentes de todo o país (ESTEVES, 2012, pp. 199-216). Portugal teria de aguardar mais algumas décadas para ver nascer um segundo grande hospital para alienados, o que sucedeu em 1883, desta feita na cidade do Porto, graças ao legado deixado pelo Conde de Ferreira à Misericórdia do Porto, em 1866, e que ficou conhecido, para a posterioridade, pelo nome do seu benemérito (ALVES, 2016, pp. 161-176).

Júlio de Matos nasceu no Porto, a 26 de janeiro de 1856. Notabilizou-se como um dos mais importantes alienistas portugueses, sendo responsável pela introdução da psiquiatria científica em Portugal. Licenciou-se na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em 1880, com a dissertação inaugural intitulada *Pathogenia das Hallucinações*. Iniciou a sua carreira como médico adjunto no Hospital Conde de Ferreira, em 1883, ocupando, mais tarde, em 1890, o cargo de diretor, após a morte de António Maria de Sena.

Este médico, que se distinguiu pela sua prolixa atividade intelectual, patente na sua prática clínica, pedagógica e assistencial, foi autor de obras que se tornaram referências no campo da psiquiatria, como, entre outras, o *Manual das Doenças Mentais* (1884), *Elementos de Psiquiatria* (1911), *A Paranoia* (1898), *Os alienados nos Tribunais* (1902) ou *A Loucura-Estudos Clínicos e Médico-legais* (1889).

Júlio de Matos insere-se numa dinâmica de regeneração do corpo social português de meados do século XIX, promovida, essencialmente, por uma elite instruída, formada nos cânones do positivismo, que ambicionava reorganizar a sociedade tendo a ciência como guia (FERREIRA, 2017, p. 24). Fortemente influenciado pelo evolucionismo de Charles Darwin e pelo positivismo de Comte, Júlio de Matos desconfiava do religioso, que se enquadrava no domínio do abstrato e do obscuro, e, por conseguinte, representava um obstáculo ao progresso científico e moral, na medida em que se encontrava no domínio metafísico, menosprezado por Augusto Comte. Na sua obra, versou sobre a felicidade e emoções humanas, mas considerou a doutrina católica uma doença que

necessitava de ser combatida. Na sua perspetiva, a felicidade estava centrada no corpo e no seu cuidado, admitindo ainda a existência de uma dependência entre a razão e a emoção (SERRADO, 2020).

Um conjunto de cartas trocadas com Teófilo Braga (1843-1924) (SERRÃO, 1935) permite-nos concluir que Júlio de Matos não era um nome consensual para o cargo de médico-adjunto do Hospital Conde de Ferreira, como se depreende, desde logo, pelo desagrado manifestado pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, administradora do hospital. A correspondência mostra que a entrada de Júlio de Matos no corpo clínico daquela instituição se deveu a uma quase imposição de António Maria de Sena, diretor do hospital, e à influência de Teófilo Braga, a quem solicitou que escrevesse uma carta a um dos mesários da Santa Casa e inspetor dos estudos na Escola Médico-Cirúrgica, de nome Cyrne⁹, a apoiar as suas pretensões. A carta de Teófilo Braga a este mesário seria um elemento essencial na estratégia para contornar os entraves que a Santa Casa da Misericórdia poderia colocar para impedir a concretização das suas ambições. Por mais do que uma vez, Júlio de Matos solicitou a Teófilo Braga que desse andamento a essa carta, não sem que antes lhe transmitisse algumas orientações sobre “o sentido em que desejava” (SERRÃO, 1935, p. 104) que fosse escrita. Só assim, sabendo, por um lado, que António Maria de Sena pugnaria pela sua integração na equipa, mas, por outro, que a “imbecilidade” [a Santa Casa] podia ainda opor-se, vendo em Cyrne um potencial obstáculo às suas aspirações, se conseguiu a entrada do jovem médico para o corpo clínico do hospital, como podemos apreciar numa carta que Júlio de Matos escreveu a Teófilo Braga, a 19 de março de 1882 (SERRÃO, 1935, pp. 102-104).¹⁰

Tendo em conta a matriz positivista, republicana e anticlerical de Júlio de Matos, patente nos artigos que publicou em órgãos ao serviço desta ideologia, como foi o caso do *Positivismo* e da *Era Nova*¹¹, afigura-se-nos muito provável que a Santa Casa da Misericórdia do Porto fosse desfavorável à nomeação de um médico com este perfil para uma das suas instituições, principalmente pela hostilidade manifestada contra o catolicismo, que Júlio de Matos nunca escondeu.

Não surpreende, portanto, a posição delicada e pouco amistosa em que se encontrava Júlio

⁹ Acreditamos que Júlio de Matos se refere a António Augusto Soares de Sousa Cirne, provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto entre 1875 e 1882. SOUSA, Fernando de (coord.), Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499-2017), volume III, Porto: Edições Almedina, 2017, pp. 63-73.

¹⁰ Teófilo Braga era casado com Maria do Carmo Xavier de Oliveira Barros, prima pelo lado materno de Júlio de Matos. Era filha de António Pedro Xavier e de Dona Ana Amália Martins da Cruz. Registo de casamento de Teófilo Braga e Maria do Carmo Xavier de Oliveira Barros, 20 de abril de 1868. Paróquia de Cedofeita, registo nº 34. Arquivo Distrital do Porto.

¹¹ Sobre os diferentes artigos e temáticas que Júlio de Matos publicou nestas e outras publicações, veja-se FERREIRA, 2017, pp. 20-48.

de Matos perante a Santa Casa da Misericórdia do Porto, situação explicada pela “irreverência, independência mental, algidez religiosa e incompatibilidade clerical”, que eram, segundo Luís de Pina, traços da sua personalidade “bastante diferentes do meio fechado e de fortes crenças religiosas, como era da burguesia e do meio católico em que viveu” (PINA, 1958, p. 10).

2. A Lei da Assistência aos Alienados – o decreto da discórdia

Júlio de Matos foi um dos responsáveis pela *Lei da Assistência aos Alienados*, promulgada a 13 de maio de 1911 pelo Governo Provisório.¹² O decreto, que reconfigurava a assistência aos alienados e a distribuição de hierarquias e poderes dentro das instituições, serviu para agravar a relação, que nunca foi pacífica, entre Júlio de Matos e a Santa Casa da Misericórdia do Porto. Tratava-se de um documento que, em última análise, implicava o reforço da ação assistencial do Estado, mas que, em contrapartida, restringia a autonomia da irmandade portuense (ALVES, 2020).

O decreto previa a integração do Hospital Conde de Ferreira na recém-criada categoria “Manicómios de Ensino”, dependentes das Faculdades de Medicina (artigo I), e a sua anexação pedagógica à Faculdade de Medicina do Porto (artigo VI). As formas de recrutamento médico também sofriam alterações. O diploma estabelecia que “Da capacidade e do valor científico de médicos, só médicos podem julgar”. Assim, a competência para avaliar os candidatos ao exercício da psiquiatria pertencia às Faculdades de Medicina de Lisboa, Porto e Coimbra e aos alienistas, directores e adjuntos dos manicómios, com base em provas públicas ou documentos científicos (artigo II). Ultrapassada esta fase, a nomeação definitiva do clínico seria da responsabilidade do Ministro do Interior.

De acordo com o decreto, pretendia-se, com esta nova forma de recrutamento médico, acabar com o “sistema injustificável, até hoje seguido entre nós, de fazer intervir incompetentes, na apreciação difícilíssima do valor de um psiquiatra” (artigo II), como era prática no Hospital Conde de Ferreira. Nesta instituição, apesar de os regulamentos estarem sujeitos à aprovação pelo governo, a escolha do pessoal médico era da competência da Mesa da Misericórdia, administradora do hospital, o que constituía uma “injustificável anomalia, porque se não compreende que a competência de médicos alienistas seja avaliada por indivíduos estranhos à profissão médica” (artigo VI). Neste âmbito, o decreto delimitava dois domínios de atuação que se queriam independentes: o corpo clínico, nomeado e organizado por médicos, e o corpo administrativo, a cargo da Santa Casa da Misericórdia, que teria uma delegação da Mesa para representar o Administrador do Hospital (artigo VI).

¹²O decreto pode ser consultado em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/1911-596488>

O texto sublinhava que não havia a intenção de atacar a autonomia da Misericórdia, mas tão-somente acabar com uma situação que a própria também devia desejar clarificada (artigo VI). No entanto, a instituição interpretou-o, precisamente, como um ataque à sua autonomia e uma intolerável tentativa de usurpação e expropriação por parte do Estado, motivo pelo qual reagiu duramente contra esta disposição com força de lei, naquela que será uma afirmação de poder da Santa Casa da Misericórdia do Porto perante a jovem República.

A reação não se fez esperar e surgiu através de uma publicação (A MISERICÓRDIA... 1911), dividida em duas partes, sobre a Misericórdia e a sua posição perante este incidente. O objetivo passava por “atestar, não só aos irmãos e protetores desta Santa Casa como ao público em geral”, que a Comissão da instituição não estava disposta a deixar “sem protesto as ousadas pretensões” daqueles que queriam atacar a sua autonomia, sem respeito algum pelas últimas vontades dos seus benfeitores, causando, assim, “perturbações prejudicialíssimas ao seu funcionamento e progresso” (A MISERICÓRDIA, 1911, p. 21).

A primeira parte, com data de 21 de maio de 1911, da autoria de António Alves Cálem Junior¹³, intitulada “IV – Na falta de consideração, quase desprezo, que é votada às instituições de beneficência e caridade do Porto, tentando-se intervir na sua maneira de ser sem as ouvir”, introduz o tom da indignação da Santa Casa da Misericórdia.

A instituição sublinhava que era sua intenção, como sempre fora, colaborar no progresso do ensino com a recém-criada Faculdade de Medicina do Porto, fornecendo-lhe todos os elementos pedagógicos necessários. No entanto, uma coisa seria “conquistá-los pelo acordo mútuo; outra coisa era impô-los pelo vexame e arrancá-los pela tirania” (A MISERICÓRDIA, 1911, p. 5).

Ao longo deste texto, a Santa Casa afirma a sua importância, mas também a superioridade moral¹⁴ no panorama assistencial social e hospitalar da cidade do Porto, ao contrário dos governos, que “sempre desprezaram a causa dos humildes e dos desgraçados, esquecendo um dever de solidariedade social” (A MISERICÓRDIA, 1911, p. 6). De facto, a Misericórdia do Porto era a instituição que geria e sustentava a maior rede assistencial da cidade, tendo à sua responsabilidade diversos espaços hospitalares, como, por exemplo, o Hospital de Santo António, o Hospital dos Entrevados e das Entrevadas, variados Recolhimentos, entre outras instituições, além de promover

¹³António Alves Cálem Júnior (1860-1932). Vogal da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto, à data deste manifesto. Destacou-se como provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, empresário e político. (<https://www.scmp.pt/pt-pt/noticias/antonio-alves-calem-junior-o-homem-por-tras-do-provedor->, consultado em 2024.03.12).

¹⁴“E coincidência notável: à medida que as administrações do Estado se iam descreditando e apodrecendo, esta Misericórdia, independente e autónoma, granjeava simpatias e inspirava confiança que a tornou grandiosa e respeitada”. (A MISERICÓRDIA, 1911, p. 6).

medidas de apoio à população mais desfavorecida, nomeadamente a doentes, órfãos, viúvas e presos.¹⁵

A Misericórdia entendia que tudo aquilo que ferisse a sua autonomia, como era o caso do referido decreto, seria ofender a memória e o legado dos benfeitores e, conseqüentemente, a população mais desfavorecida que a instituição auxiliava. Por isso, a comunicação à população sobre as medidas que a Misericórdia estava a tomar contra esta afronta não foi inocente. É que a instituição temia que, a vingar o decreto, afastasse potenciais benfeitores:

Mau exemplo é esse da falta de respeito pelas disposições testamentárias, que irá pôr de sobreaviso os testadores e os fará retraírem-se, porque deixar à Misericórdia virá a ser o mesmo que pôr nas mãos dos governos, com sujeição a todas as incertezas e caprichos, os bens que desejem dar aos pobres (A MISERICÓRDIA, 1911, p. 13)

Mas o ponto mais importante da celeuma centrava-se nas disposições sobre a administração hospitalar, por se entender que colocavam a Santa Casa da Misericórdia – “os donos da casa” (A MISERICÓRDIA, 1911, p. 8) – numa posição subalterna em relação ao pessoal médico, “ficando-lhe pouco mais do que o encargo de pagar as despesas” (A MISERICÓRDIA, 1911, p. 12): “Vingar o espírito da comissão, equivale a colocar os *donos da casa* na posição de simples serventuários. Nunca se viu semelhante obsessão! Nem mais nem menos do que o avesso do que tem sido aqui e é no estrangeiro” (A MISERICÓRDIA, 1911, p. 8).

A segunda parte deste texto, datado de 9 de junho de 1911, é a transcrição de uma missiva enviada ao Ministro do Interior, assinada pelos vogais da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, na qual, mais uma vez, a instituição portuense afirma a sua autonomia e critica duramente a ingerência do governo na administração privada do Hospital Conde de Ferreira através da imposição do regulamento.

A disposição do decreto que determinava a integração do Hospital Conde de Ferreira na categoria de “Manicómios de Ensino”, ficando anexado pedagogicamente à Faculdade de Medicina do Porto e destinado, sobretudo, a casos recentes e agudos, de interesse para o ensino, foi a que mais contribuiu para agudizar o conflito institucional. Tudo isso seria contrário às disposições testamentárias do Conde de Ferreira, segundo a Santa Casa:

(...) que dispôs como quis e o podia fazer, porque só ele governava no que era seu, e ele teve em vista não ensinar médicos alienistas, nem limitar-se a casos recentes e agudos ou de interesse pedagógico, mas tratar alienados e procurar restabelecer-lhes a saúde mental. (A MISERICÓRDIA, 1911, p. 12)

¹⁵Sobre as várias instituições geridas pela Santa Casa da Misericórdia e suas valências, ver ESTEVES, 2018, pp. 261-311.

Aquilo que era interpretado como sendo a tentativa de expropriação do hospital por parte do Estado não passou, assim, sem contestação pela Comissão da Santa Casa, que lembrou ao Ministro do Interior os seus direitos, direitos esses “sempre incontestados e respeitados”, que o Conde de Ferreira “lhe deu sem limitação, quanto a dirigir e administrar” (A MISERICÓRDIA, 1911, p. 12). A Santa Casa alegava que, se o Estado pretendia ter escolas de psiquiatria, deveria “criá-las e mantê-las, regulamentando-as em seguida, como estabelecimentos públicos, do Estado” e não usurpar “uma propriedade particular da Misericórdia” (A MISERICÓRDIA, 1911, p. 12). A reação da Misericórdia do Porto surtiu efeito, dado que o articulado foi revisto, por proposta de António José de Almeida, sendo essa revisão legislativa aprovada em 1914 (ALVES, 2020, p. 245).

3. Emoções e impressões de Júlio de Matos

3.1. As saudades da família e a “ferida da transplantação”

As reações à promulgação da *Lei da Assistência aos Alienados* levaram Júlio de Matos a mudar-se para Lisboa, onde ocuparia o lugar de diretor do Hospital de Rilhafoles e a reger a cadeira de Psiquiatria na Faculdade de Medicina da capital. Nas palavras de Luís de Pina, o contributo do médico para esta lei “valeu-lhe a profunda aversão da Santa Casa”, o que tornou insustentável a sua posição enquanto diretor do hospital portuense (PINA, 1958, p. 28).

Este acontecimento provocou em Júlio de Matos um forte ressentimento e uma tristeza profunda, quer pela mudança de cidade, quer pelas saudades da família que ficara no Porto. Isso mesmo podemos avaliar através de um conjunto de cartas que Júlio de Matos escreveu à irmã e, principalmente, ao sobrinho, depois da partida para Lisboa. No elogio feito por Luís Navarro Soeiro, em 1957, é referida a “relutância” e o “doloroso sacrifício” com que abandonou a cidade do Porto para rumar à capital (SOEIRO, 1957, p. 3).

Numa das primeiras missivas que escreveu à irmã, datada de 13 de outubro de 1911, Júlio de Matos denuncia as “patifarias da Misericórdia” e o ambiente tenso que se instalara após a promulgação do decreto como as principais razões para sair do Porto:

Nunca pensei abandonar a nossa terra; mas a vida aí, mercê das patifarias da Misericórdia, tinha-se-me tornado insustentável. Sentia-me doente, contrariado, cheio de nojo. Acabar com essa situação esmagadora, tornou-se uma necessidade ineludível e urgente. Mas mal pensava na imensa dor e abandonar na minha idade e na minha situação uma terra a que tudo me prendia: a tua família, os meus velhos amigos e companheiros de trabalho, o meu serviço hospitalar, tudo, enfim. Como eu tenho sofrido, querida irmã! Há-de custar-me esta transplantação, porque eram fundas as raízes que lançara no solo do Porto. Felizmente, tenho sido aqui muito estimado e conto ter uma vida mais tranquila que a passada aí nos últimos meses. (MATOS, Júlio de.

[Correspondência]. Destinatário: Irmã. Lisboa, 13 de out. 1911, nº 523, Carta)

Júlio de Matos sentiu os efeitos desta mudança drástica aos 55 anos de idade. A violência da deslocação e as dificuldades de adaptação ao novo meio levam-no a expressar o seu desgosto e ressentimento, equiparando-se, metaforicamente, a uma “velha árvore” com “velhas e profundas raízes” presas ao solo onde nasceu e cresceu, apesar dos sinais de estima e reconhecimento que recebia em Lisboa:

Não me tem faltado aqui manifestações de apreço; e creio que me darei muito bem nesta terra. Mas prevejo que só ao fim de muito tempo terá cicatrizado a ferida da transplantação; as velhas raízes não se deslocam facilmente. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 18 out. 1911, nº 488, Carta)

A nossa adaptação tem sido penosa e demorada. Eu, sobretudo, tinha tantas e tão profundas raízes nesse solo! Não me têm faltado aqui provas de estima e de consideração; entretanto, se não fora o trabalho, sobretudo o de ensino, eu teria rebentado de amargura, de nostalgia...Não se transplanta sem abalo uma velha árvore... (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 24 nov. 1911, nº 513, Carta)

As saudades da família, que permanecia no Porto, e a distância que o separava dos restos mortais dos entes queridos que deixara na cidade não deixavam de o amargurar. É de referir que o pai, Marcelino de Matos, um advogado envolvido na causa política, faleceu quando Júlio de Matos tinha apenas nove anos de idade e a filha Isabel faleceu em 1901, com 19 anos, vítima de tuberculose. Tratava-se, de facto, de memórias dolorosas que agravavam o desgosto e o desalento do médico, como podemos constatar em pelo menos duas cartas dirigidas ao sobrinho. Na primeira, datada de 9 de janeiro de 1912, declarava:

Se eu pudesse transferir para aqui meia dúzia de seres queridos e as cinzas de alguns mortos, considerar-me-ia feliz. Só não o sou, porque tenho saudades do que aí deixei de bom (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 9 jan. 1912, nº 508, Carta)

Na segunda, com data de 4 de fevereiro de 1915, escrevia:

Eu ando cheio de saudades da família que aí deixei, e ansioso por voltar à Lapa, onde, em agosto, encontrei a sepultura da minha Isabel numa verdadeira miséria. Que abandono! Quando eu aí estava e fazia visitas semanais ao cemitério, tudo andava limpo e nunca lá faltaram flores sempre frescas. Depois, tudo mudou! Em agosto encontrei a sepultura coberta de detritos de folhas e, nas jarras, uma água de meses, que cheirava mal. Tu não podes calcular a impressão dolorosa que trouxe dessa visita! Logo que possa hei-de arranjar aqui uns palmos de terra para transladar para eles os meus mortos. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário:

Sobrinho. Lisboa, 4 fev. 1915, nº 550, Carta)

Importa referir que o percurso de vida de Júlio de Matos estava ligado, de forma indelével, à cidade do Porto. Em resultado da orfandade paterna, foi viver, com a sua mãe e os três irmãos, na casa do seu tio João Xavier de Oliveira Barros, que lecionava na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Enquanto decorria a sua formação académica, ensinou em colégios particulares para ajudar no sustento da família.

3.2. A cidade do Porto: o “odioso burgo” e o “domínio da malandragem triunfante”

As contínuas expressões de melancolia e amargura que marcam as emoções de Júlio de Matos numa fase dolorosa da sua vida são acompanhadas de observações irónicas e mordazes sobre tudo o que diga respeito à cidade do Porto, aos seus habitantes e instituições, que assumem aos olhos do psiquiatra traços caricaturais e até patológicos, por vezes.

A cidade portuense, no seu conjunto e de forma extremamente depreciativa, era caracterizada como um “odioso burgo”¹⁶, um “burgo triste de merceeiros e de granito”¹⁷, como se constata, quando, em tom caricatural, se despede numa carta ao sobrinho, escrevendo o seguinte: “Eu embirrava aí com os bois no meio da rua. E, por fim, surpreende-me o pensar que são eles o melhor...da população. Saudades aos bois!” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 15 jan. 1912, nº 611, Carta).

Simultaneamente, a cidade do Porto é retratada como um meio infecto, uma “fábrica de doenças físicas e morais”, um “pântano” que fazia adoecer qualquer pessoa:

Falas-me do reumatismo de teu pai; mas quem não é reumático no Porto? E tu já estás curado da tua bronquite? Foge-me desse charco da Praça que, ou charco Nossa ou de D. Pedro ou da Liberdade, é sempre uma fábrica de doenças físicas e morais. Lembro-te de que se cultivam aí, com exuberância, as hortas dos frades congregados e que é aí também que a Domus Municipalis se estadeia. Foge desse pântano! (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 21 out. 1912, nº 431, Carta)

Do mesmo modo, as autoridades municipais eram censuradas por se preocuparem mais em “fazer avenidas e construir palácios” do que em cuidar da higiene urbana aquando da ocorrência de uma série de epidemias que atingiram a cidade em 1918.

¹⁶“É odioso esse burgo, precisamente pelos caracteres morais da sua clara miséria, que apenas difere das últimas estratificações em ser mais arrogante e mais velhaco.” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 9 jan. 1912, nº 508, Carta).

¹⁷“Esses benfeitores e esses papéis pertencem à história local de um burgo triste de merceeiros e de granito, que não conta para nada.” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 15 jan. 1912, nº 611, Carta)

Note-se que Ricardo Jorge, médico que acabaria também por sair do Porto e refugiar-se em Lisboa aquando da peste bubónica, em 1899, cuja ação na identificação da doença e organização de um cerco sanitário à cidade lhe valeu uma profunda antipatia da população portuense, criticou por diversas vezes aspetos semelhantes. Fatores como as más condições de habitação, a excessiva mortalidade infantil, o elevado contágio por doenças infecciosas, uma deficiente rede de esgotos que rastilhavam “o solo e a água de imundice”, bem como os “vícios da má educação e da ignorância”, eram elementos que concorriam, nas palavras de Ricardo Jorge, para qualificar o Porto como “cidade cemiterial”. (JORGE, 1899, p. 321-322). No entanto, não seria por falta de aviso e ausência de soluções que esta situação persistia. Nas palavras deste médico, “O Porto precisa de sair deste poço de insalubridade, há mais de dez anos, definido e denunciado; vai nisso o seu interesse e o seu brio”¹⁸ (JORGE, 1899, p. 322-323). Do mesmo modo, destacou frequentemente que o investimento na melhoria das condições de salubridade, não seria um gasto, mas sim uma poupança de vidas humanas.¹⁹

Por sua vez, Júlio de Matos também entendia que estas preocupações com a higiene e saúde pública, não eram assimiladas “pelas graníticas cabeças do honrado negociante dessa praça”:

Não passamos de Campanhã, porque o estado sanitário do Porto é apenas horrível. Nada menos de 4 epidemias! Essa gente que anda a fazer avenidas e a construir palácios, parece esquecer que a prosperidade de uma terra depende essencialmente da sua higiene. Isto é elementar, mas não penetra as graníticas cabeças do honrado negociante dessa praça. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 16 set. 1918, nº 579, Carta)

O ano de 1918 foi marcado não apenas pela chegada da gripe pneumónica a Portugal, mas igualmente por um grave surto de tifo, que, tendo começado na cidade do Porto, espalhou-se por várias localidades do norte do país, que foi afetado, então, por uma autêntica trilogia epidémica, com a gripe pneumónica, o tifo e a varíola a grassar em simultâneo²⁰.

Continuando o diagnóstico, a cidade do Porto, de “fisionomia abjeta” e “feição profunda e irremediavelmente antipática”, terra da “malandragem triunfante”, caracterizava-se, segundo Júlio de Matos, por uma “geral subserviência aos grandes patifes endinheirados” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 28 abr. 1913, nº 497-498, Carta).

¹⁸Ricardo Jorge referia-se ao Relatório sobre o *Saneamento do Porto*, apresentado à Câmara Municipal do Porto em 1888.

¹⁹“Já em tempos avalei em dinheiro quanto se pouparia nesta economia da morte, porque é possível calcular quanto custa cada enxada do coveiro (...) As lágrimas e a miséria, a que, remissos na culpa, deixamos vergar a nossa pobre gente, essas nem Deus saberá contá-las” (JORGE, 1899, p. 323-324).

²⁰Sobre o surto de tifo na cidade do Porto leia-se ESTEVES e ARAÚJO, 2021.

3.3. Burguesia portuense: uma “criada de servir com chapéu de plumas”

A burguesia portuense, “infecta” e de “miseráveis costumes”²¹, é um dos grupos sociais mais desprezados por Júlio de Matos, que a caricatura em termos muito duros: “uma criada de servir com chapéu de plumas, luvas e indispensável; o burguês (irmão da Misericórdia) é um funileiro de chapéu alto e relógio d’ouro” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 9 jan. 1912, nº 508, Carta).

Na correspondência em apreço, Júlio de Matos exprime o seu “ódio aos burgueses”, o desprezo por essa “escumalha” que teria um lugar sobrestimado na sociedade:

O meu ódio aos burgueses transformei-o já num soberbo desdém. Essa escumalha não vale a vibração de uma célula cerebral do hommo erectus de Linneu. O Flaubert matou-se a estudar os costumes e o habitat dessa fauna, porque o fez em um grande fundo de amargura e de azedume. Isso estuda-se a frio, em grandes linhas, como documento histórico da evolução humana, e passa-se adiante, - olhos fitos em alguma coisa de luminoso. Que diabo representa no mundo a Rua das Flores? Que importância tem na história contemporânea a Ferraria de Baixo? (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 15 jan. 1912, nº 611, Carta)

A natureza mercantil da cidade do Porto, intimamente ligada à ascensão da burguesia comercial e industrial do burgo, é também um aspeto bastante glosado por Júlio de Matos. Por ocasião de uma notícia que dava conta da intenção de um grupo de mercadores do Porto de transformar a casa onde nasceu o Infante D. Henrique num armazém de bacalhau, Júlio de Matos escreveu:

Vê tu se eu não tive razões para fugir dessa caverna. Essa apropriação de uma casa histórica a depósito de bacalhau é uma síntese! Eu previa-a. Só no Porto! Só nesse burgo pro-di-gi-o-sa-men-te estúpido! Só nessa terra mi-se-ri-cor-di-o-si-sei-ma-men-te bruta! Só nesse armazém de secos e molhados! Ó burgueses, ó cavalgaduras, ó filistinos, ó bacalhoeiros, como eu me sinto bem longe do descompassado alcance das vossas patas e dos vossos crânios graníticos. Ó vis carapuceiros! Ó tremebundas (?) bestas! E ainda há quem more nessa estrebaria! Como o Flaubert tinha razão...Adeus. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 16 jun. 1913, nº 494, Carta)

Esta antipatia pelos comerciantes da cidade do Porto estende-se também, em termos depreciativos, a indivíduos com os quais membros da família mantinham ligações afetivas. Em relação à irmã, Júlio de Matos declara ao sobrinho: “Eu nunca compreendi como a tua mãe ligava

²¹“Conheço de sobra essa burguesia infecta e sei dos seus miseráveis costumes o que basta para só os lembrar com tédio”. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 18 out. 1911, nº 488, Carta)

com essa criatura, de um então plebeu, - tipo acabado do mercantilismo grosseiro e atrevido desse Porto” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 9 jan. 1912, nº 508, Carta). A propósito de um rapaz com quem a afilhada Berta estaria a envolver-se, escreve:

E essa Berta? Tenho grande pena dessa afilhada. (...)

Deus queira que não ande nessa história uma preparação para a retirada do Pimentel Júnior. Qual é a tua impressão? Eu desconfio dos mercadores tanto por pinta como a retalho...e dos filhos dos mesmos. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, sem data, nº 415, Carta)

Numa carta datada de 13 de maio de 1914, Júlio de Matos transcreve uma “deliciosa” passagem que encontrara no livro *De l’Allemagne* (1835), de Henrie Hemie, e que o “encheu de alegria”, a respeito de Mercúrio, “deus dos ladrões e dos mercadores” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 13 mai. 1914, nº 502, Carta):

Para me repousar um pouco dos meus nebulosos estudos psiquiátricos, li nas últimas noites o livro de H. Hemie: *De l’Allemagne*. Aí, na página 227 do 2º vol., encontrei uma deliciosa passagem, que me encheu de alegria: o poeta vem falando da dispersão dos deuses pagãos depois do triunfo do cristianismo e da necessidade em que eles se viram de arranjar um disfarce e de ganhar a vida; e, a propósito de Mercúrio, diz: “Mercúrio era, como sabem, deus dos ladrões e dos mercadores, e exercia as duas indústrias com sucesso. Era, pois, natural que, procurando disfarçar-se e ter uma profissão, se lembrasse dos seus antecedentes e dos seus talentos. Qual dos dois *metiers*, que não diferem senão por nuances, lhe oferecia mais probabilidades de êxito? Pensou que o roubo, mercê dos preconceitos seculares, era condenado pela opinião publica, que os filósofos não tinham ainda conseguido reabilitá-lo, comparando-o com a propriedade, que era mal visto pela polícia e que, por paga de muita coragem e de muita hostilidade, o ladrão é às vezes mandado para as galés ou para a guilhotina; pelo contrário, considerou o deus que o negócio gozava da maior impunidade, que era honrado pelo público e protegido pelas leis, que os mercadores eram condecorados, entravam nas cortes e chegavam mesmo a presidentes do conselho. O mais astuto dos deuses decidiu-se, conseqüentemente, pela mais lucrativa e menos perigosa das profissões, o comércio; e por ser um negociante por excelência, fez-se negociante holandês.”

Tu não achas adorável este pedaço de prosa? Isto devia ser publicado e afixado aí, na Bolsa, com este simples comentário: “Se Mercúrio conhecesse o Porto, era negociante portuense que ele se teria feito”.

E agora me lembro que no cimo do palacete do Conde do Bolhão, à R. Formosa, onde agora habita o fotógrafo Biel, há um Mercúrio de granito. Ora o Conde foi, como deves saber, um grande negociante de vinhos e um inclito ladrão ao mesmo tempo: tão ladrão que caloteou meu pai, seu advogado numa célebre questão de notas falsas. Porque diabo não fazem aí na Rua dos Ingleses uma estátua do Mercúrio? Agita por aí esta ideia. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 13 mai. 1914, nº 502, Carta)

Entendemos que esta aversão declarada pela burguesia e pelos mercadores em geral, a quem Júlio de Matos se refere acentuando traços de carácter amorais e mesmo criminosos, traduz o

ressentimento que o médico sentia por entender que pessoas de honestidade duvidosa eram mais reconhecidas socialmente do que ele, um intelectual que toda a sua vida fizera do estudo, do desenvolvimento da medicina mental e da assistência aos alienados em Portugal a sua grande missão. Ao contrário dos “patifes endinheirados” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 28 abr. 1913, nº 497-498, Carta), que toda a gente parecia elogiar e agraciar, ele, que lutava desinteressadamente pela melhoria deste campo da medicina e ao qual se dedicava há quase 30 anos na cidade do Porto, era alvo de desconsideração e de todas as críticas.

3.4. A Santa Casa da Misericórdia do Porto e os “carapuceiros hediondos”

É para a Misericórdia do Porto e para os Irmãos da instituição que vão os mais mordazes e caricaturais comentários. As visitas que, regularmente, Júlio de Matos fazia à cidade agudizavam o sentimento de hostilidade, sendo a população, e principalmente os confrades, identificados como elementos opressores:

As saudades que tenho da família são grandes, às vezes mesmo agudíssimas; mas cada vez me aborrece mais esse burgo e essa gente. Parece-me que tudo aí me é hostil, desde os numerosos irmãos de confrarias (mais de metade, seguramente, da população) até aos paralelepípedos das calçadas (que eu creio serem os crânios de extintos irmãos da Misericórdia). (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 10 ago. 1913, nº 503, Carta)

De facto, a relação entre Júlio de Matos e a Santa Casa da Misericórdia do Porto parece não ter sido amigável desde o início, pelo que a promulgação do decreto de 1911 terá sido apenas o culminar de uma rutura há muito anunciada.

Quando, vai uns 3 anos, os carapuceiros da Misericórdia começaram a implicar comigo por causa da lei dos alienados, sabes que lhes virei o lombo, partindo para aqui, cheio de saudades de tudo – da família, dos amigos, do meu serviço, da minha casa, do cemitério em que repousam os que me foram mais caros. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 3 mar. 1914, nº 590, Carta)

A construção de um novo manicómio em Lisboa – o futuro Hospital Júlio de Matos – traz um grande alento ao médico, que relata, entusiasmado, os avanços das obras e as potencialidades médico-científicas da unidade hospitalar que ia nascer. A grande ambição do psiquiatra passaria então por “promover a edificação de um grande estabelecimento modular, que deixe na sombra o do Porto e que seja tão bom como os melhores do estrangeiro” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 15 jan. 1912, nº 611, Carta):

No fim de contas, é preciso dar sempre à vida um grande ideal; o meu, agora, é promover a edificação de um grande estabelecimento modular, que deixe na sombra o do Porto e que seja tão bom como os do estrangeiro. Imagina tu esta coisa formidável: um manicómio para 800 doentes, cheio de confortos, aquecido, cientificamente ventilado, com vastos laboratórios, sem granito e sem burgueses! É esta maravilha que eu quero que se faça. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 15 jan. 1912, nº 611, Carta)

Simultaneamente, Júlio de Matos associa a mudança de cidade e de local de trabalho a uma melhoria geral do seu estado de saúde, quer físico, quer mental, não obstante toda a tristeza que a distância dos familiares e amigos lhe provocava. O facto de “não ver irmãos” no seu quotidiano seria um fator essencial para a nova disposição de espírito. Deste modo, a emancipação dos “carapuceiros da Misericórdia”, que saíam da “torpeza” geral que caracterizava a população portuense²², era avaliada como algo benéfico, já que na cidade do Porto, como escrevia, andava sempre com os “nervos desafinados”:

Continuo bem do estômago, comendo de tudo e tendo mesmo entrado nas frutas como quem se indemniza de longos anos de abstenção. Parece que o ter-me emancipado dos carapuceiros da Misericórdia foi o melhor dos remédios para o meu mal. Ainda bem que me safei! Eu andava sempre nesse burgo com os nervos desafinados. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 15 ago. 1913, nº 593, Carta)

Por ocasião de uma neurastenia²³ que o sobrinho estava a sofrer, Júlio de Matos conta-lhe que passara pelo mesmo aquando do concurso para o lugar de diretor do Hospital do Conde de Ferreira em 1892:

A tua última carta não me deixa dúvidas sobre o diagnóstico da tua doença: estás a contas com uma neurastenia, que perfeitamente se explica pelas más condições morais em que tens trabalhado nessa negregada Companhia de seguros (?) e de bandidos. Mas, por muito mal que tu te sintas, tu não estás como eu estive em 1890 depois de uma gripe e em 92 aquando do concurso para diretor do Manicómio do Porto, feito perante um tribunal hostil de irmãos do Santíssimo, presidido pelo Samodães. Estás a ver a caverna de salteadores que me deviam julgar, não é verdade? Isto passou-se há 23, eras tu uma criança. Não sabes o que eu passei, e estas crises só se contam por música. Raro foi o dia, então, durante mais de um ano em que eu não vomitasse o jantar, a minha única e parca refeição; perdi 30 kg de peso. Foi considerável! (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 2 jul. 1915, nº 610, Carta)

²²“Eu conheço um pouco essa canalha. É dessa torpeza que saem os mesários e definidores da Misericórdia!”. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 5 abr. 1914, nº 617, Carta)

²³Neurastenia consiste num estado de exaustão física e psíquica permanente.

Aos longos anos de convívio com os “carapuceiros hediondos” somou-se uma neurastenia, devido ao facto de ter que suportar, nas palavras do médico, “as abertas hostilidades dessa ignóbil fauna, que só pude evitar, voltando-lhes o lombo e vindo para aqui” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 2 jul. 1915, nº 610, Carta).

Neste ponto, é interessante verificar como Júlio de Matos lidava com a própria doença neurasténica. Se dúvidas houvesse, sublinha por diversas vezes que, apesar do sofrimento, triunfou. Isto porque, segundo o médico, a “neurastenia não assenta sobre lesões orgânicas; é uma perturbação funcional”. Deste modo, a carta é toda ela escrita num tom triunfalista e de indiferença para com os “inimigos” que tentaram derrubá-lo. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 2 jul. 1915, nº 610, Carta).

O tratamento da afeção, que Júlio de Matos aconselhava ao sobrinho e que funcionara com ele, incluía os “duches”, um “relativo isolamento do meio em que o mal se originou”, mas, sobretudo, “muito orgulho e muito desprezo pelo meio humano”, já que, assegurava, “O desdém é uma couraça; ele me tem eficazmente defendido em todas as situações difíceis” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 2 jul. 1915, nº 610, Carta):

E, todavia, eu triunfei da situação e tive ainda a coragem precisa para aturar longos anos o convívio enervante desses carapuceiros hediondos. Mais tarde, com longos anos de uma dispepsia nervosa, residual (?) da neurastenia de então, tive ainda de suportar as abertas hostilidades dessa ignóbil fauna, que só pude evitar, voltando-lhes o lombo e vindo para aqui. Tu não calculas o que sofri no primeiro ano da minha transplantação para um meio novo e numa situação de máximas responsabilidades profissionais, aos 56 anos de idade e doentíssimo como então estava. Mas triunfei ainda. A neurastenia não assenta sobre lesões orgânicas; é uma perturbação funcional. Daqui lhe vem que, fazendo sofrer muito, é, todavia, eminentemente curável. Nada de desânimos e de pieguices. Duches, relativo isolamento do meio em que o mal se originou e, sobretudo, muito orgulho e muito desprezo pelo meio humano. O desdém é uma couraça; ele me tem eficazmente defendido em todas as situações difíceis. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 2 jul. 1915, nº 610, Carta).

3.5. A “tripeiríssima” Berta

Referindo-se quase sempre à afilhada Berta como a “tripeiríssima Berta²⁴”, num tom claramente pejorativo, nem o apego que esta manifestaria pelo burgo portuense escapava à condenação de Júlio de Matos:

Mas virá ela, virás tu, virão vocês? Agora é no futuro. Enfim, venham! Repara que é agora no imperativo. Que

²⁴“Deu-nos muito prazer a notícia de que a tripeiríssima Berta está melhor.” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 10 ago. 1913, nº 503, Carta).

dirá a isto essa bairrista Berta? Ela adora o seu burgo e penso que só dentro dele está bem.

Eu já não sei o que seja apego à terra; estou igualmente mal em toda a parte, ou, se quiseses, igualmente bem. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 16 mai. 1913, nº 521, Carta).

A propósito da alta consideração que Berta teria pelos médicos do Porto, em detrimento dos de Lisboa, o psiquiatra escreve: “Como passa a tripeiríssima Berta? Se tanto adora o seu lindo burgo, que sofra, que se aguente, que consulte essas cabeças de alho! (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 2 mai. 1913, nº 616, Carta).

Noutra carta, Júlio de Matos escreve mesmo que vai repudiar a afilhada Berta por esta simpatia ao “baluarte das liberdades e do bacalhau” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 5 abr. 1914, nº 617, Carta): “Estive há dias um quarto de hora com o Peter Justos, que me falou do tripeirismo da Berta. Essa rapariga está enorme. Vou repudia-la; não quero afilhadas assim. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 12 out. 1913, nº 545, Carta).

4. “Eu vou passando como Deus é servido, o que na opinião religiosa quer dizer mal”²⁵

A tristeza, a amargura e o ressentimento pela forma injusta como Júlio de Matos se sentiu tratado, não apenas pela Misericórdia do Porto, mas também pela sociedade portuense em geral, são marcas predominantes na sua correspondência, a par dos acessos de raiva que exprime frequentemente por tudo o que diga respeito à sua terra natal. Do mesmo modo, as saudades da família, o excesso de trabalho e os problemas de saúde vários²⁶ são queixas recorrentes e que dão um tom de melancolia às palavras do médico.

A estratégia que Júlio de Matos adotou para resolver dentro de si estas emoções e sentimentos passava por vestir uma “couraça” de orgulho e desprezo por aqueles que o oprimiam, uma armadura essencial que o ajudava a ultrapassar os momentos mais difíceis, nas suas palavras (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 2 jul. 1915, nº 610, Carta). Esta é uma ideia, e mesmo um conselho de saúde recorrente, sinónimo de felicidade e bem-estar, que Júlio de Matos dá ao sobrinho ao longo da correspondência, e a que já fizemos referência

²⁵(MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 7 out. 1912, nº 472, Carta).

²⁶“Eu passo agora muito regularmente. É claro que não estou são, mas deixei de sofrer as dores torturantes que me não permitiam trabalhar às noites. Ainda fraco, sempre um pouco irritável e propenso a melancolias, não tenho agora, todavia, a mortificar-me o acicato dessas múltiplas dores que me tomavam o ventre, as costas e o peito, não me deixando durante longas horas uns instantes de tréguas.” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 4 jun. 1915, nº 549, Carta); “Comecei a sofrer do estômago e do fígado pouco depois dos 30 anos; e agora começo a sentir a decadência da vista.” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 13 dez. 1913, nº 595, Carta).

anteriormente.²⁷ A importância atribuída e a grossura dessa “couraça” no médico podem ser avaliadas precisamente nestas cartas. A propósito de um problema laboral respeitante ao pai deste sobrinho, Júlio de Matos prescreve:

Teu pai deve, a meu ver, adotar uma atitude de indiferença ou, pelo menos, de reserva, preparando uma nova situação, economicamente igual ou superior à que tem; e só então virar as costas a essa torpe canalha de gerentes. (...)

Eis o que eu penso, ditado por uma longa experiência de vida, sempre em lutas, sempre aos tropeções e em que uma só coisa não desabou: o meu orgulho e o meu consequente desdém pela torpesa dos meios filistinos. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 3 mar. 1914, nº 590, Carta).

Esta receita mantém-se ao longo da vida de Júlio de Matos, e que podemos ainda apreciar numa carta datada do ano anterior à sua morte²⁸:

Na sociedade em que vivemos é-nos precisa uma grossa couraça de desdém pelo próximo para que a vida nos não seja um tormento. (...)

É o que eu faço meu caro sobrinho. A este procedimento filosófico chegam todos os que veem a sociedade, não através de prismas idealistas ou sentimentais, mas na sua realidade direta e concreta. Se fores capaz de assimilar estes sólidos princípios, conseguirás viver tranquilo, se não atira-te da Torre dos Clérigos abaixo. (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, 1 mai. 1921, nº 552, Carta).

Notas finais

Júlio de Matos morreu em 1922, contando com 66 anos de idade, vitimado pela tuberculose, sem ver concluído o hospital que terá o seu nome 20 anos mais tarde. Dedicou a sua vida à psiquiatria, apesar de se ter envolvido noutros desafios, nomeadamente no ensino e na política. Na ótica de Ana Leonor Pereira, com base precisamente nas cartas que escreveu ao seu sobrinho Marcelino de Matos, mostrava-se desiludido com o aparelho republicano e com os jovens intelectuais (PEREIRA, 2014, pp. 794).

Num cômputo total de 200 cartas, centrámo-nos naquelas que nos permitiram conhecer a relação de Júlio de Matos com a Misericórdia e com a cidade do Porto, mas também é possível detetar um sentimento de mágoa, bem como um certo elitismo, patente na sua visão política da sociedade, na rejeição de uma atitude otimista face às massas, de quem desconfiava. Totalmente

²⁷“Assimila os são princípios que de cá te tenho mandado e toma-os como evangelhos, se queres ter saúde. Uma couraça de desprezo para toda essa gente, e viverás feliz.” (MATOS, Júlio de. [Correspondência]. Destinatário: Sobrinho. Lisboa, sem data, nº 415, Carta).

²⁸Júlio de Matos faleceu a 12 de abril de 1922, vítima de tuberculose pulmonar crónica.

https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20j%3%balio%20xavier%20de%20matos

avesso à ideia de igualdade, Júlio de Matos procurou diabolizar o socialismo.

A análise da correspondência de Júlio de Matos revelou-se uma fonte riquíssima para conhecer melhor o homem por detrás do médico, perscrutando as suas emoções e sentimentos mais íntimos. Conseguimos avaliar o grande ressentimento e tristeza que o acompanharam após a mudança para Lisboa, a forma dolorosa como o conflito com a Santa Casa da Misericórdia o afetou. Afinal, esta hostilidade latente parece ter existido desde sempre. Assim, o decreto sobre a assistência aos alienados significou apenas o culminar de uma relação, que sempre foi tensa, entre o médico e a Misericórdia portuense.

Referências

Fontes de Arquivo

MATOS, Júlio de. Cartas familiares de Júlio de Matos. Museu Maximiano Lemos – Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto.

A Misericórdia do Porto e a sua autonomia. A federação dos hospitais e a anexação pedagógica – O Hospital do Conde de Ferreira, Porto: Off. Typ. (a vapor) do Inst. de Surdos-mudos, 1911.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes. A relação República – Misericórdias: o caso do decreto de 1911 sobre manicómios, o papel de Júlio de Matos e a posição da Santa Casa da Misericórdia do Porto. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; REIS, Bernardo; VALÉRIO, Carlos; REIS, Maria de Fátima (coord.). *As Misericórdias: desafios e trajetórias no tempo longo da História*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2020, p. 213-245)

_____. Percursos de um brasileiro no Porto: o Conde de Ferreira. *História: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto*, vol. 9, p. 199-213, 1992.

_____. O Legado do Conde de Ferreira e o Hospital de Alienados na reconfiguração da filantropia tradicional, In: Saúde, Ciência e Património. III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Porto, SCMP, 2016, p. 161-176.

ESTEVES, Alexandra. A força dos pobres e a condição humana: vigiar, acudir e prevenir. In: AMORIM, Inês (coord.). *Sob o Manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. III (1820-1910), Porto: Almedina, 2018, p. 286-287.

- ____. Engulhos de Ontem, doentes de hoje: pensar a loucura em Portugal no século XIX. O caso do distrito de Viana do Castelo. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra Esteves (ed.), *Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*, Braga: CTICEM, Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2012, p. 199-216.
- ____. Loucos e/ou criminosos: o debate sobre a inimizabilidade em Portugal entre meados do século XIX e inícios do século XX. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; GARCIA, Alfredo Martin (coord.). *Os Marginais (séculos XVI-XIX)*, Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2018, p. 127-146.
- ____. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Resquícios de epidemias no Minho: os surtos de tifo nos séculos XIX e XX, *Revista Portuguesa de História*, 52, 2021, p. 35-53.
- JORGE, Ricardo. *Demographia e Hygiene da cidade do Porto. Clima, População, Mortalidade*. Porto: Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara do Porto, 1899.
- PEREIRA, Ana Leonor. Júlio de Matos. In: *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, volume II: F-M, Lisboa: Assembleia da República-Divisão de Edições, 2014, p. 794-795.
- PEREIRA, José Morgado. *A psiquiatria em Portugal. Protagonistas e história conceptual (1884-1924)*. 2015. Tese (Doutoramento em História) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.
- PINA, Luís de. Júlio de Matos no magistério psiquiátrico do Porto. Separata de *O Médico*, 230, 1956, p. 7-8.
- ____. Três momentos vitais de Júlio de Matos. *Separata da Imprensa Médica*, fevereiro, XXII, 1958, p. 4-29.
- PINTO, Jorge Ricardo. *O Porto Oriental no final do século XIX. Um retrato urbano (1875-1900)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.
- FERREIRA, Tânia. *Júlio de Matos e o Alienismo em Portugal*. 2017. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2017.
- SERRADO, Ricardo. Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio. *História. Revista da FLUP*, Porto, IV série, vol. 10, n. 1. p. 198-217, 2020.
- SERRÃO, António. Teófilo Braga e o Positivismo em Portugal (Com um núcleo de correspondência de Júlio de Matos para Teófilo Braga). *Separata do Boletim de Segunda Classe*, vol. XIX, 1935.
- SOEIRO, Luís Navarro. Júlio de Matos. Sua personalidade e alguns aspectos da sua obra. *Separata do Portugal Médico*, vol. XLI, n.º1, janeiro de 1957.